



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639208 - SC (2021/0005651-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ELIZANDRO GONCALVES DE ALMEIDA TIBES (PRESO)
CORRÉU : PAULO APARECIDO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELIZANDRO GONCALVES DE ALMEIDA TIBES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Processo n. 5010452-26.2020.8.24.0038).

O paciente foi condenado à pena privativa de liberdade de 10 anos, 8 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, em razão da prática do delito previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06. A condenação foi mantida em segundo grau de jurisdição.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do acórdão que proveu parcialmente a apelação criminal interposta perante o Tribunal local.

Argumenta, em suma, a desproporcionalidade da pena corporal fixada pelas instâncias ordinárias.

Requer a concessão de medida liminar para que sejam suspensos os efeitos do acórdão impugnado, até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, requer a concessão da ordem para que seja redimensionada a pena privativa de liberdade imposta ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do

magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Destarte, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente